

**O “BEM-MORRER” UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MORTE NO RIO DE JANEIRO NOS
SÉCULOS XVIII E XIX***
**THE “WELL DYING”, AN SOCIAL CONSTRUCTION OF THE DEATH IN RIO DE JANEIRO IN
THE 18th AND 19th CENTURIES.**

Jane Rodrigueiro
Mestre em Ciências da Religião PUC-SP
janerodrigueiro@gmail.com

Resumo: Este artigo se propõe a examinar a construção social da morte no Rio de Janeiro no período colonial e na República séculos (XVIII e XIX) e também identificar as bases das práticas e expressões do catolicismo diante do fenômeno da morte a partir da documentação produzida pelo poder eclesiástico – os denominados manuais de bem morrer e os testamentos produzidos pelos diversos segmentos da sociedade daqueles períodos. Com base na referida documentação, apontaremos as transformações das práticas culturais em torno da morte nos diferentes contextos temporais.

Palavras-chave: morte, história, Rio de Janeiro.

Abstract: This article is propounded to peruse the social construction of the death in Rio de Janeiro during the Colonial Period and The Republic, in the 18th and 19th centuries, as well to identify the bases of customs and expressions of the Catholicism towards the phenomenon of the death whose documentation produced were under the ecclesiastic power – the handbooks called “well dying” and the testaments produced by several parts of the society of that time. Based on that reported documentation with which will be possible to point out the transformation of the cultural practices about the death in different temporal circumstances.

Key-words: death, history, Rio de Janeiro.

* Este artigo é resultado de participação no simpósio temático: Aos mortos: cultos, rituais e devoções nas matrizes indígenas, afro-brasileiras e populares e suas inserções sociais, coordenado pelo Prof. Dr. Ênio José da Costa Brito no III Congresso de Pesquisa Discente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

Durante o período colonial a preocupação pelo cumprimento das obrigações e ensinamentos da Igreja frente ao fenômeno da morte era um fator que permeava o cotidiano da população no Rio de Janeiro. A preparação para morrer em paz com a Igreja implicava em os fiéis terem o “dever cumprido” como condição para salvação de sua alma das entranhas do purgatório, situação que se dava por meio do arrependimento, da documentação testamentária e também dos sacramentos¹.

O sentimento religioso era exteriorizado através dos testamentos, documentação que relatava a presença de fé e obediência dos fiéis pelos ensinamentos e dogmas da Igreja Católica. Por meio deles demonstravam arrependimento em vida, faziam sua profissão de fé, realizavam pedidos de intercessão aos Santos e Anjos pelo destino da alma e sufrágios, organizavam os ritos fúnebres de acordo com os rituais católicos.

As conseqüências sobre o pós- morte eram transmitidas aos fiéis através da Igreja, cujo objetivo era construir um imaginário social fundamentado pelo temor acerca da morte por meio da pedagogia do medo. Desta forma, o medo da morte era uma aprendizagem diária que transmitia aos fiéis a possibilidade de salvarem ou não suas almas do purgatório. Essa situação demonstra que a aplicação dos ensinamentos da Igreja nos testamentos assumia um papel de relevância social, em virtude de “evitar” a entrada da alma ao purgatório.

Como suporte à pedagogia do medo, houve a disseminação da literatura devocional desenvolvida entre os séculos XIV E XV denominada *ars moriendi* ou “artes de bem morrer” composta por textos e imagens que auxiliavam os católicos a se prepararem para a morte, essa literatura tornou-se um poderoso instrumento de divulgação dos conteúdos elaborados pela Igreja à população iletrada. Suas imagens representavam o combate entre anjos e demônios pela disputa da alma do moribundo, cuja finalidade era promover a reflexão sobre como garantir uma boa morte no momento derradeiro e, fundamentalmente, tornar a morte uma arte a ser aprendida.

O manual de maior difusão sobre a arte de bem morrer foi do jesuíta Estevam de Castro, intitulado: O breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer a um cristão, escrito em 1621 que conquistou ampla aceitação entre a população no Rio de Janeiro.

Alguns elementos foram cruciais para o sucesso da divulgação do manual que fundiu em si a praticidade em sua utilização com os conteúdos essenciais exigidos pela Igreja para garantir a boa morte; ainda sua organização seguia metodologicamente os passos por meio dos graus da doença.

As adaptações constantes ao longo dos anos de acordo com as necessidades sociais, o tornaram um material atualizado e acessível pela facilidade de compreensão de seu conteúdo e também pelo formato pequeno que favorecia seu manuseio e transporte além de um custo barateado.

¹ Este artigo teve como base para sua formulação a obra: Rodrigues, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

Com um conteúdo que reproduzia os traços da pedagogia católica sobre a morte, o texto do Breve aparelho era organizado em seis partes² com orientações aplicadas conforme o grau da doença de modo a facilitar a assistência espiritual ao doente.

A primeira parte consistia em avisar sobre a doença e instruir quanto ao recebimento dos sacramentos, confissões, penitências e também acerca do preparo do testamento que supunha a feitura do documento em si e as advertências que incluem a validação, a escrita e o ordenamento, além dos registros de herança e herdeiros, das solenidades a serem cumpridas e das obrigações para com a Igreja.

Na segunda parte, direcionada para o segundo grau da doença, a ênfase está na explicação de como ministrar os sacramentos, enquanto que no terceiro grau, nota-se a necessidade pela consolação do doente e no reconhecimento geral de suas culpas.

O estágio de agonia do doente é considerado na quarta parte do material com indicações de ladainhas e orações que colocam a alma do enfermo sob a proteção da corte celestial, em seguida no quinto grau da doença, o combate contra os demônios e advertência sobre as tentações diabólicas seria o último passo antes da extrema-unção dada no momento final da vida ou no último grau da doença de acordo com o manual de Estevam de Castro.

A metodologia ensinada pelo jesuíta Estevam de Castro no Breve Aparelho foi aplicada nos testamentos que traziam em seu conteúdo pedidos de intercessão celestial, profissão de fé, atos de contrição, temor pela punição divina, arrependimento dos pecados, menções sobre o medo da morte e reparação escatológica do combate pela alma do moribundo.

A documentação testamentária de Narciso José do Amaral falecido no ano de 1779 revela a religiosidade do fiel e também demonstra a expressão do manual de bem morrer. O texto inicia-se com a presença do temor pela morte e com o pedido de intercessão pela alma que transita por uma hierarquia celestial primeiramente a Santíssima Trindade que se justifica por ser responsável pela criação da alma e a Deus. Em seguida ao Nosso Senhor Jesus Cristo, a Virgem Maria, Todos os Santos e ao Anjo da Guarda; ao santo do nome e, por último - aos santos de particular devoção, conforme demonstra o testamento:

Temendo-me a morte (...) faço este meu testamento na forma seguinte. Primeiramente encomendo minha alma a Santíssima Trindade que a criou e rogo ao Padre Eterno (...) e a meu Senhor Jesus Cristo (...) rogo a Santa Virgem Maria Nossa Senhora mãe de Deus e a todos os santos e santas da corte celestial, particularmente ao Anjo da Guarda e ao Santo de meu nome a aos Santos Gloriosos Elesbão e Efigênia, e Patriarca São Domingos e a Virgem Nossa Senhora dos Remédios a quem tenho devoção (...) (ACMRJ: AMARAL: 1776-1784, 167).

Em seguida, relata sua profissão de fé católica afirmando: *viver e morrer na Santa Fé Católica Romana e nela (...) viver e salvar a minha alma(...)* (ACMRJ: AMARAL: 1776-1784, 167.), institui o cerimonial funerário,

² O quadro da reprodução do índice do Breve aparelho apresenta-se organizado em seis partes compostas por capítulos. Desse modo é possível observar que a primeira parte do manual contém 29 capítulos com 200 páginas, sendo a parte mais extensa do material. In: RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro*, p.66-67.

menciona a mortalha do santo de devoção, o local do seu sepultamento e realiza os pedidos de sufrágio mandando dizer: *Oitenta missas de corpo presente, a saber trinta na minha freguesia, outras trinta na igreja da minha irmandade (...)dez na igreja do Senhor Bom Jesus do Calvário e dez na igreja do Senhor São Domingos(...)* (ACMRJ: AMARAL: 1776-1784, 167.)

Os fragmentos da documentação testamentária de Narciso escrita nos século XVIII demonstram a preocupação em garantir uma *boa morte* e ainda preparar-se para ela a partir dos ensinamentos difundidos pela Igreja Católica.

No século XIX com o processo de laicização da sociedade decorrente das idéias iluministas, a autonomia eclesiástica sobre o morrer foi gradativamente sendo fragilizada devido aos constantes questionamentos e críticas da elite intelectual e da sociedade civil acerca do seu controle sobre a morte e fundamentalmente sobre a proibição da Igreja quanto ao enterramento de não católicos nos cemitérios públicos, tendo como ponto de partida a transferência dos sepultamentos que tornaram-se distantes da Igrejas e cidade.

O discurso e atuação dos médico-higienistas foram determinantes na afirmação acerca das enfermidades procedentes da proximidade dos mortos junto aos vivos e na efervescência de políticas públicas quanto ao controle e prevenção de patologias visando ampliar a expectativa de vida entre as pessoas.

Na segunda metade do século XIX, diversos segmentos da sociedade civil e estatal, implementavam ações como forma de garantirem o distanciamento da dependência para com a burocracia eclesiástica e da jurisdição da Igreja sobre as instituições sociais que tornavam-se obstáculos aos projetos políticos e econômicos do Estado, no entanto a Igreja ainda assumiria para si o controle social mantendo-se o regime de união entre Estado e Igreja que posteriormente tornou-se mais conflitante.

O processo de secularização alterou consideravelmente as práticas e representações em torno da morte e do morrer. De acordo com o testamento de Adelaide Casemira da Silva redigido em 1856, sua redação inicial traz uma breve invocação a Deus, menciona o estado de sua saúde e uma sucinta profissão de fé. Em seguida relata sua disponibilidade de bens e a nomeação dos testamenteiros e também dos herdeiros. Assim ditou seu testamento:

Em nome de Deus, Amém

Eu, Adelaide Casemira da Silva, estando doente, porém no gozo de todas as minhas faculdades intelectuais, tencionei fazer o meu testamento que é o presente, pela maneira seguinte. Sou católica apostólica romana em cuja fé tenho vivido e espero morrer. Sou natural e batizada na freguesia do Sacramento desta cidade, filha natural, cujos pais são falecidos. Sou solteira e neste estado tenho me conservado, e não tendo por isso herdeiros forçados, disponho livremente de meus bens. Nomeio por meus testamenteiros, em primeiro lugar a João Paulo da Silva Correia; em segundo lugar a Geraldo da Silva Correia e em terceiro lugar a João Maria da Silva Correia, aos quais deixo o prazo de um ano. O meu enterro será feito a eleição do meu testamenteiro. Instituo por meus herdeiros em partes iguais ao doutor João de Coutinho que atualmente está presidindo a província de Santa Catarina, e a dona Luíza Carlota de Sá casada com Francisco de Sá Pinto. Deixo a meu afilhado Vicente filho de Alexandre José de Brito a quantia de 100\$000.E, por esta forma hei por feito este

meu testamento e disposições de última vontade que quero que se cumpra como nele se contém e declara.(...).(ANRJ, SILVA: 282:n.127.)

Essas alterações podem ser verificadas nos conteúdos dos testamentos analisados na segunda metade do XIX que comparados ao período colonial, apresentavam esvaziamento das invocações intercessoras, simplicidade e/ou desaparecimento das menções de sufrágios, as formulações laicas passaram a intermediar a redação dos testamentos.

Contudo, o gradativo desaparecimento do conteúdo escatológico e soteriológico dos testamentos não retiraram dos fiéis a preocupação em torno da morte, eles transformaram-se perdendo parte significativa do temor, mas não deixaram de existir permeando o universo cultural da religiosidade dos fiéis.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACMRJ. *Livro de registro de óbitos e testamentos da freguesia da Sé*, n.18(1776-1784). Testamento de Narciso José do Amaral, p. 167.

ANRJ. *Inventários e testamentos*, caixa 282, n.127. Inventariado: Adelaide Casemiro da Silva.

CASTRO. Estevam de. *Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão, com a recopilação da matéria de tratamentos e penitências, várias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada e do ritual romano de N.S.P. Paulo V, acrescentada da devoção de várias missas*. Lisboa: Oficina Miguel Menescal, 1677.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.